

Juíza dos EUA passa por cima da discriminação para chegar ao topo

A juíza G. Helen Whitener soube lidar com a discriminação — na verdade, um prato cheio de preconceitos — para fazer sucesso em sua carreira jurídica. Ela foi discriminada na vida porque é mulher. Mais porque é negra. Também por ser lésbica. Ainda por ser imigrante com seu sotaque peculiar. E porque é deficiente física.

Reprodução



Reprodução

Mas, apesar dos pesares, ela fez uma bela carreira como advogada, promotora e juíza, chegando a uma posição privilegiada na sociedade: a de ministra do Tribunal Superior do Estado de Washington, o mais alto cargo no Judiciário estadual do país — um exemplo de superação, pelo que mostra o Jornal da ABA (American Bar Association), em uma série de reportagens sobre "Members who inspire".

Ela é a primeira mulher negra, a primeira negra lésbica, a quarta imigrante a integrar o quadro de ministros do Tribunal Superior do estado. "Minha experiência de vida é diferente da de todas as outras pessoas", ela disse ao Jornal da ABA.

"Eu digo a alguns dos meus colegas: sim, nós temos uma posição privilegiada. Todos nós temos. Mas a minha termina quando eu tiro a toga. Ao sair lá fora, sou vista como uma mulher negra. Se estou com minha mulher, sou tratada como uma pessoa LGBTQ. Se ando com minha bengala, me veem como uma deficiente física. Se abro a boca e faço uma pergunta, já percebem que sou imigrante", ela conta.

Foi bom para a juíza entrar no Tribunal Superior de Washington, certamente a corte superior mais diversificada do país. Dos nove ministros, sete são mulheres, quatro são pessoas de cor e duas da comunidade LBGT. "Nós trazemos lentes marginalizadas e não marginalizadas para dar suporte à lei. Acho isso muito interessante e, esperançosamente, uma coisa boa para todos", disse ao jornal.



Essa "inclusão" no tribunal superior do estado de Washington contrasta com quase todos os tribunais superiores dos demais estados, "que têm um problema de diversidade", mesmo em territórios onde a população negra é expressiva, segundo o [Brennan Center for Justice](#): não há ministros negros em 28 estados, latinos em 39, asiáticos em 43 e nativos-americanos em 47.

Mudança de rumo

A ministra nasceu e cresceu em Trinidad e Tobago, filha de um professor/diretor de escola e de uma professora de segundo grau. Seu plano era seguir a carreira dos pais. Iria estudar em Londres e regressar a seu país para ser professora universitária.

Mas os ventos caribenhos a fizeram mudar de rumo. Um dia, na escola, o lado direito de seu corpo paralisou. Levada ao hospital, seus médicos decidiram que mais exames eram necessários e, por isso, ela deveria ser levada para Nova York, onde tinha parentes.

O diagnóstico foi o de que ela tinha uma doença degenerativa do nervo. Enquanto se empenhava na reabilitação, ela se matriculou em uma faculdade em Nova York e se formou em administração de empresa e marketing internacional. Formada, conseguiu trabalho no Alasca e, depois no estado de Washington.

Carreira jurídica

Aos 30 anos, um colega de trabalho, que era contador e advogado, sugeriu que suas qualidades analíticas fariam dela uma boa advogada. Convencida, se matriculou na Faculdade de Direito da Universidade de Seattle.

Ela se formou em 1998, com a ideia de se tornar uma advogada criminalista. Se inscreveu na ABA e passou os 14 anos seguintes trabalhando em casos civis e criminais, como promotora, advogada de defesa e sócia administrativa de seu próprio escritório.

O ingresso na magistratura ocorreu por acaso. O juiz David Kenworthy, que pretendia passar uns tempos em Londres com a família, a convenceu a ser uma juíza substituta (*judge pro tempore*). Assim, ela assumiu a pauta do juiz e, com o andar da carruagem, as de outros juízes.

Mais tarde, assumiu o cargo de juíza em outras cortes. Em abril de 2020, ela foi nomeada pelo governador Jay Inslee para cumprir um mandato tampão no Tribunal Superior do Estado de Washington, que teria eleições para ministro da corte em novembro do mesmo ano. Ela concorreu às eleições e ganhou, tornando-se, definitivamente, ministra do tribunal superior.

Mundo LGBTQ

Ela escondeu dos pais que gostava de mulher até os 19 anos. Mas, "cansada de viver uma mentira", ela abriu o jogo para eles. O pai a apoiou imediatamente. Mas a reação da mãe não foi nada boa. Deixou de falar com ela por muitos anos.

"Eu sabia que seria difícil para meus pais saber que eu era lésbica. É muito complicado ser homossexual nessa ilha caribenha, porque é ilegal e porque, de uma maneira geral, as pessoas têm uma mente muito



fechada."

Mas, com o tempo, a mãe a aceitou como ela é. E foi a mãe que a projetou para a fama, ao contar a história dela para uma repórter da revista Express Woman, de Trinidad e Tobago. A reportagem foi a [cover story](#) da revista, se espalhou pelo Caribe e chegou à Casa Branca.

Ela estava em seu gabinete, quando recebeu um telefonema do Departamento de Estado dos EUA. O então presidente Barack Obama havia proclamado junho de 2015 o "Mês do Orgulho LGBT" e "Mês Nacional das Tradições Caribenhas-Americanas" e queria que a juíza fosse a Trinidad e Tobago para falar os direitos dos gays.

Ela hesitou por um momento, porque casais do mesmo sexo em seu país poderiam ser condenados de 5 a 25 anos de prisão. E ela havia se casado com Lynn Rainey, oficial aposentada do exército dos EUA e advogada. Trocou mensagens de e-mail com Obama e acabou aceitando a oferta.

Em 2018, a Suprema Corte de Trinidad e Tobago decidiu que as leis que criminalizam a intimidade entre pessoas do mesmo sexo são inconstitucionais. Em fevereiro, a ABA a homenageou com seu [Stonewall Award](#) por seu papel nesse esforço e pelas causas LGBT que defende.

Date Created

31/07/2022